



Governo do Tocantins
Secretaria Estadual de Saúde
Superintendência de Planejamento do SUS
Comissão Intergestores Regional/CIR Capim Dourado
Área Técnica de Regionalização da Saúde
CONSENSO CIR – Sudeste Nº 004 /2016, 25 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a pactuação regional das Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para o ano de 2016.

Os Representantes da Comissão Intergestores Regional/CIR Sudeste, (Gestores Municipais de Saúde e Representantes da Secretaria Estadual de Saúde), no uso de suas atribuições legais e regimentais, consoante o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 8.080/90, no Decreto Federal nº. 7.508/2011, e na Resolução CIT nº 1 de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes gerais para a instituição de Regiões de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a constituição das Comissões Intergestores Regional (CIR) e suas competências.

Considerando o Decreto Nº 7.508, de 28 de junho de 2011 que Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à Saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando o parágrafo 1º§ do artigo 4º da Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT Nº 05 /2013, que orienta sobre a etapa regional que precederá à pactuação estadual;

Considerando a Resolução Nº 2 de 16 de agosto de 2016, que dispõe sobre os indicadores para o processo nacional de pactuação interfederativa, relativo ao ano de 2016, e;

Considerando a análise, discussão, pactuação na plenária da Comissão Intergestores Regional **(CIR) Sudeste** em reunião ordinária realizada no dia 25 de outubro de 2016, na cidade de Arraias.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores regionais, para o ano de 2016, no âmbito da CIR Sudeste, composta pelos municípios Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Novo Alegre, Novo Jardim, Paranaíba, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Taguatinga e Taipas do Tocantins.



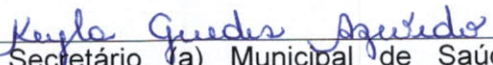


Governo do Tocantins
Secretaria Estadual de Saúde
Superintendência de Planejamento do SUS
Comissão Intergestores Regional/CIR Capim Dourado
Área Técnica de Regionalização da Saúde

Art. 2º Anexo I - Rol das Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores Regionais pactuados para a Região Sudeste.

Art. 3º - Este Consenso entra em vigor nesta data

Secretários Municipais de Saúde

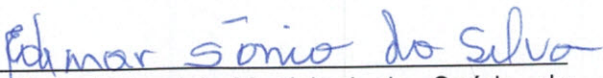

1. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Almas

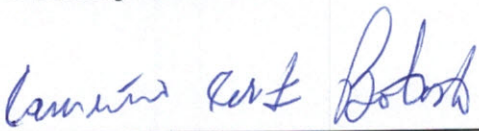

2. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Arraias Decreto Nº 263 / 2016

3. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Aurora do TO


Deuseide Primo Oliveira
Diretora Administrativa
Decreto Nº 003/2014

4. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Combinado


5. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Conceição do TO

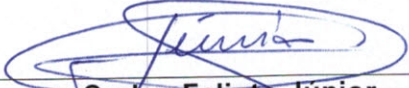

6. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Dianópolis

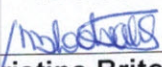
7. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Lavandeira


Sirlene R. Santos Faria
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Nº 132/2013

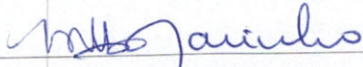
8. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Novo Alegre

Representantes SESAU na CIR


Carlos Felinto Junior
Superintendência de Planejamento
do SUS


Márcia Cristina Brito L. Sayão
Superintendência de Vigilância,
Promoção e Proteção à Saúde


Zeli Pereira da Silva
Superintendência de Políticas de
Atenção à Saúde


Maria Heloísa Santos Marinho
Superintendência de Educação na
Saúde e Regulação do Trabalho

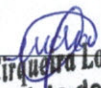

Pedro Abreu Júnior
Hospital Regional de Arraias
Superintendência de Unidades
Próprias


Márcio Aires de Mattos
Hospital Regional de Dianópolis
Superintendência de Unidades
Próprias





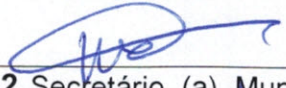
Governo do Tocantins
Secretaria Estadual de Saúde
Superintendência de Planejamento do SUS
Comissão Intergestores Regional/CIR Capim Dourado
Área Técnica de Regionalização da Saúde

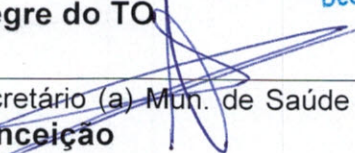

Maria Cirqueira Lopes Rocha
Secretária de Saúde
Decreto N° 204/2016

9. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Novo Jardim


10. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Paraná

11. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Ponte Alta do Bom Jesus


12. Secretário (a) Mun. de Saúde de **Porto Alegre do TO**
Dionesia S. Sousa Carneiro
Secretária de Saúde
Dec. n° 019/2017


13. Secretário (a) Mun. de Saúde de **Rio da Conceição**

14. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Taguatinga


15. Secretário (a) Municipal de Saúde de
Taipas do TO

Danúbia Pereira da Silva
Secretária Municipal de Saúde
Decreto 058/2015



Governo do Tocantins
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Planejamento
Gerência de Desenvolvimento de Políticas da Saúde
Indicadores para a pactuação interfederativa de metas para 2016.
Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores - 2016 - Meta Regional

Estado: Tocantins			Região: Sudeste						
Diretriz. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.									
Objetivo 1. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar									
N	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Unidade
1	Universal	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família	79.48	82.27	86.38	84.68	85.29	80.15	%
2	Específico	Proporção de exodontia em relação aos procedimentos.			5.17	10.97	3.89	7.76	%
Diretriz. Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.									
Objetivo 2. Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas									
N	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Unidade
3	Específico	Proporção de acesso hospitalar dos óbitos por acidente.	20	16	18.36	39.62	37.83	39.28	%
4	Específico	Proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM)	16.66	40	0	20	25	0	%
5	Universal	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	0.24	0.62	0.62	0.53	0.45	0.39	Razão
6	Universal	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária	0.06	0.1	0.25	0.38	0.11	0.12	Razão
7	Universal	Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar	63.98	57.56	53.53	54.7	53.52	56.65	%
8	Específico	Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial – Caps				1.62	1.62	1.53	/100.000
Objetivo 3. Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde									
N	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Unidade
9	Universal	Taxa de Mortalidade Infantil	16.4	17.8	12.5	17	13.3	12.63	/1000
10	Universal	Proporção de óbitos maternos investigados	100	100	100	100	NO	100	%
11	Universal	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados	89	100	94	83	87	100	%
Diretriz. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.									
Objetivo 4. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável									
N	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Unidade
12	Universal	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade	1	0	1	7	1	1	N. Absoluto
13	Universal	Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (DCNT – doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas	106	92	93	113	81	63	N. Absoluto
14	Universal	Proporção de vacinas do Calendário Básico de Vacinação da Criança com coberturas vacinais alcançadas	53.33	53.85	40	60	26.67	75	%
15	Universal	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial	85.7	71.4	87.5	77.8	88.9	80	%
16	Universal	Proporção de exame anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose	66.7	56.3	91.7	84.2	100	80	%
17	Universal	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	97	97	94	94	88	96	%
18	Universal	Proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho* notificados	20	26.66	26.66	33.33	33.33	85	%
19	Universal	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	0	0	0	0	0	0	N. Absoluto
20	Específico	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	74.5	97	92.9	96.1	91.9	93	%
21	Específico	Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase	83.1	88.6	87.9	85.9	86.7	91	%
22	Específico	Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária	0	0	0	0	0	0	/1.000
23	Específico	Número absoluto de óbitos por dengue	0	0	0	0	0	0	Nº Absoluto
24	Específico	Proporção de imóveis visitados em, pelo menos, quatro ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue	40	47	47	33	40	100	%
25	Universal	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez		34	43	68	68	85	%

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Objetivo 8. Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor									
N	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Unidade
26	Universal	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios						100	%
Diretriz. Fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013									
Objetivo 10. Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a despreciação e a democratização das relações de trabalho									
N	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Unidade
27	Específico	Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas						NP	%
Diretriz. Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e União, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.									
Objetivo 12. Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS									
N	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Unidade
28	Universal	Pianos de saúde enviados aos conselhos de saúde					93.33	100	%
Diretriz. Garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos.									
Objetivo 13. Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.									
N	CLASSIFICAÇÃO	INDICADOR	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Unidade
29	Específico	Proporção de entes com pelo menos uma alimentação por ano no Banco de Preço em Saúde						NP	Nº Absoluto

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including:

- Top left: "Santos"
- Top right: "Lima"
- Bottom left: "Machado"
- Bottom right: "Basilio"